



Estrasburgo, 22 de Outubro de 2003
(2003) 29

DGIV/EDU/CIT

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DEMOCRÁTICA 2001-2004

DESENVOLVER UMA COMPREENSÃO PARTILHADA

GLOSSÁRIO DE TERMOS DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DEMOCRÁTICA

Karen O'Shea

Agradecimentos

A autora deseja agradecer a todos aqueles que contribuíram para a elaboração dos documentos do Conselho da Europa utilizados como fonte do presente glossário: redactores de relatórios, investigadores, participantes em seminários e conferências e pessoal do Conselho da Europa. Sem o seu trabalho, este glossário não teria sido possível.

A autora espera que os termos apresentados neste glossário expressem adequadamente as ideias contidas em muitos dos relatórios e estudos produzidos e, como tal, espelhem o vasto campo de reflexão existente no Conselho da Europa. Os documentos que serviram de base à redacção deste glossário estão indicados na bibliografia.

ÍNDICE

Apresentação

Introdução **5**

Secção I: Conceitos Básicos **7**

Cidadania/Cidadão	Direitos Humanos
Democracia/Democrático	Diversidade
Direitos Cívicos e Políticos	Educação para a Cidadania Democrática
Direitos Culturais	Espaços de Cidadania
Direitos Económicos e Sociais	Igualdade

Secção II: Processos e Práticas **13**

Acção	Avaliação
Análise Crítica	Centrado(a) no Educando
Aprendizagem Activa	Elaboração de Programas Curriculares
Aprendizagem Cooperativa	Formação de Docentes/Educadores
Aprendizagem ao Longo da Vida	Investigação
	Reflexão

Secção III: Resultados **19**

Coesão Social	Resultados Afectivos
Desenvolvimento Sustentável	Resultados Cognitivos
Participação	Resultados Pragmáticos ou Activos
Paz Positiva	Solidariedade
Responsabilidade	

Bibliografia **24**

Apresentação

A Educação para a Cidadania Democrática (neste glossário, utilizar-se-á a abreviatura ECD) é um tema que adquiriu uma proeminência considerável no interesse que tem despertado no Conselho da Europa e em cada um dos seus Estados-Membros. Daí que o debate tenha sido alargado a novos parceiros, muitos dos quais desempenham um importante papel na promoção da ECD a nível político. Alguns destes novos parceiros ainda não estão familiarizados com as conotações subjacentes a inúmeros termos correntemente usados nas discussões e debates sobre a ECD. Este glossário pretende, pois, servir de instrumento de apoio à promoção da política de ECD nos Estados envolvidos.

A inclusão de todos os termos associados à ECD iria além do âmbito deste glossário. Os termos escolhidos reflectem as ideias actualmente expressas numa série de documentos do Conselho da Europa e não são apresentados através de definições estritas, mas antes através de comentários curtos sobre cada termo e suas relações com a ECD.

O glossário inclui trinta e um termos e está dividido em três secções, nomeadamente,

- Conceitos Básicos
- Processos e Práticas da ECD
- Resultados da ECD.

O glossário procura, pois, fornecer ao leitor um enquadramento e uma via que lhe permitam aceder aos termos mais significativos no contexto da ECD.

1. Introdução

Antecedentes

O primeiro projecto de ECD (1997-2000) procurava explorar os conceitos e as práticas de educação para a cidadania democrática através de investigação, conferências e espaços de apoio à cidadania. Em 2001, como resultado do êxito deste projecto, foi lançado um segundo projecto até 2004. Neste segundo projecto, identificou-se como primeira prioridade a elaboração de políticas e há actualmente uma série de actividades já em curso.

Em 2001, realizou-se o primeiro seminário internacional sobre políticas de ECD e enquadramentos regulamentares, tendo a nomeação de coordenadores nacionais de ECD em cada um dos Estados-Membros do Conselho da Europa constituído um avanço importante. Há também dois estudos significativos em curso sobre as políticas de ECD à escala europeia e a criação de um enquadramento comum para as políticas de ECD.

Tal como atrás se referiu, o primeiro projecto de ECD criou um contexto de exploração dos conceitos e das práticas essenciais à ECD. Uma série de documentos importantes foi produzida nessa altura, muitos dos quais vêm referidos na bibliografia. No entanto, já que o trabalho passou a orientar-se para a elaboração de políticas, fez-se sentir a necessidade de um curto glossário de termos pertinentes.

Objectivo

Este glossário tem como objectivo global apoiar os responsáveis pela elaboração de políticas e respectiva aplicação no que respeita à promoção da ECD nos Estados-Membros, procurando atingi-lo através das seguintes acções:

- proporcionar aos leitores uma explicação dos principais termos associados à ECD,
- fornecer uma via de acesso ao conceito de Educação para a Cidadania Democrática, centrando-se em três áreas-chave: (i) conceitos básicos, (ii) processos e práticas e (iii) resultados,
- apoiar o desenvolvimento de uma compreensão partilhada da Educação para a Cidadania Democrática (ECD) entre os Estados-Membros.

O glossário explora trinta e uma ideias essenciais recolhidas em documentos para debate, relatórios e textos de investigação da responsabilidade do Conselho da Europa. Os leitores devem, porém, ter em conta que as interpretações fornecidas não são definitivas, tentando tão-só reflectir o pensamento actual.

Estrutura

O glossário está estruturado da seguinte maneira:

Secção I: Conceitos Básicos apresenta uma explicação da ECD através de termos como “cidadania”, “direitos civis e políticos” e “direitos humanos”.

Secção II: Processos e Práticas centra-se nos processos e nas práticas da ECD, examinando termos como “aprendizagem ao longo da vida”, “aprendizagem activa”, “aprendizagem cooperativa” e “análise crítica”.

Secção III: Resultados analisa os resultados associados à ECD como, por exemplo, “competências cognitivas”, “participação”, “responsabilidade” e “solidariedade”.

Bibliografia – O glossário termina com uma bibliografia que reúne textos a partir dos quais se recolheram as ideias e os termos nele contidos.

Secção I: Conceitos Básicos

Para chegar a uma compreensão partilhada da ECD, os termos seguintes proporcionam ao leitor uma visão geral de determinados conceitos básicos subjacentes à noção tripartida de Educação para a Cidadania Democrática. Os termos incluídos nesta secção são:

- Cidadania/Cidadão
- Democracia/Democrático
- Direitos Cívicos e Políticos
- Direitos Culturais
- Direitos Económicos e Sociais
- Direitos Humanos
- Diversidade
- Educação para a Cidadania Democrática
- Espaços de Cidadania
- Igualdade

Cidadania/ Cidadão

No Conselho da Europa, reconhece-se cada vez mais que termos como “cidadão” e “cidadania” não são estáveis nem se limitam a uma definição única.

No contexto da ECD, o termo “cidadão” pode ser entendido em geral como *“pessoa que coexiste numa sociedade”*, o que, no entanto, não significa que a ideia de cidadão associada ao Estado-Nação já não seja pertinente ou aplicável. Só que, como o Estado-Nação deixou de ser o único pólo de autoridade, surgiu a necessidade de desenvolver uma visão mais holística do conceito.

Esta aceção mais lata de “cidadão” e “cidadania” faculta um potencial *novo modelo de análise da forma como vivemos em conjunto*. Trata-se, portanto, de ir além dos limites do “Estado-Nação” e chegar ao conceito de “comunidade”, que abarca os contextos local, nacional, regional e internacional em que os indivíduos vivem.

Nesta aceção, os termos “cidadão” e “cidadania” comportam a ideia de *“estatuto”* e *“papel”*, envolvendo questões relacionadas com direitos e deveres, mas também com igualdade, diversidade e justiça social. Já não basta limitar a ideia de “cidadania” ao acto de votar. O conceito deve incluir também toda a *série de acções* desenvolvidas pelo indivíduo com impacto na vida da comunidade (local, nacional, regional e internacional) e, como tal, *requer um espaço público* no qual os indivíduos podem agir em conjunto.

Democracia/ Democrático

Democracia é uma *forma de viver em conjunto numa comunidade*. Em democracia, é muito importante *poder escolher entre diferentes soluções* para as questões ou problemas que surjam e poder ter a liberdade de o fazer.

Nesta acepção de democracia, a tónica desloca-se. A acepção tradicional de democracia como forma de governo e de sistema político baseado no papel, assaz limitado, dos cidadãos como eleitores foi posta em causa por ideias de participação e de democracia participativa.

No contexto da ECD, o adjectivo “democrático” põe a tónica no facto de que se trata de uma *cidadania baseada nos princípios e nos valores dos direitos humanos, do respeito pela dignidade humana, do pluralismo, da diversidade cultural e do primado da lei*.

Direitos Cívicos e Políticos

Os direitos cívicos e políticos estão essencialmente associados às *liberdades e facultades de que os indivíduos dispõem e que o Estado se compromete a respeitar*.

Muitas vezes considerados como a “primeira geração” dos direitos humanos, estes direitos incluem o direito à liberdade e à segurança, o direito à justiça, o direito à presunção de inocência, o direito de casar e o direito de participar na vida pública. Incluem também a proibição da tortura e de outras formas de tratamento cruel e desumano, bem como da escravatura e dos trabalhos forçados.

Estes direitos estão internacionalmente consignados no Pacto de Direitos Cívicos e Políticos que foi adoptado pela Assembleia das Nações Unidas em 1966.

Direitos Culturais

No contexto da ECD, o conceito de “direitos culturais” está globalmente ligado a *questões de “identidade”*, que abrangem a língua e todas as suas implicações, a pertença a grupos, comunidades e povos, bem como o que se relaciona com o património.

Este conceito é objecto de um dos mais controversos debates de direitos humanos da actualidade. Embora a natureza multicultural das nossas sociedades seja em geral aceite, o tratamento político e jurídico desta realidade - isto é, a definição dos direitos, dos direitos das pessoas que os detêm e, sobretudo, dos direitos dos grupos responsáveis por eles - está ainda em estudo.

Direitos Económicos e Sociais

Os direitos económicos e sociais estão essencialmente associados às condições necessárias para *o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a aquisição de um nível de vida adequado*.

Frequentemente designados como a “segunda geração” dos direitos humanos, estes direitos são de aplicação mais difícil, uma vez que se considera estarem dependentes dos recursos disponíveis. Incluem direitos como o direito ao trabalho, o direito à educação, o direito ao lazer e o direito a um nível de vida adequado.

Estes direitos estão internacionalmente consignados no Pacto de Direitos Económicos e Sociais que foi adoptado pela Assembleia das Nações Unidas em 1966.

Direitos Humanos

Os direitos humanos dizem respeito quer ao *desenvolvimento do potencial máximo dos seres humanos* e das suas relações com os outros, quer à *regulamentação das responsabilidades do Estado-Nação para com os indivíduos*.

Constituem documentos importantes sobre os direitos humanos a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Convenção dos Direitos da Criança.

Tradicionalmente, os direitos humanos dividem-se em categorias: direitos *civis, políticos, sociais, económicos e culturais*. Estas categorias estão normalmente associadas a enquadramentos temporais específicos, em que os direitos civis e políticos são considerados “a primeira geração”, a que se segue “a segunda geração”, constituída pelos direitos económicos e sociais, e “a terceira geração”, a dos direitos culturais e dos direitos ligados ao desenvolvimento.

Não obstante a utilidade de categorizar os direitos, a ECD *procura promover uma compreensão integrada dos direitos humanos*, atribuindo idêntica importância a todas as categorias (direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais) e tentando, assim, reequilibrar a tendência anteriormente existente de considerar determinados direitos mais importantes que outros.

Interessa também reconhecer que, enquanto os direitos humanos tradicionais estavam associados ao Estado e às suas relações com os indivíduos, no contexto da ECD *a linguagem dos direitos humanos dá cada vez mais ênfase aos direitos dos “grupos” ou dos “povos”*. Esta tendência é importante para a *evolução do*

próprio conceito de ECD e para o desenvolvimento das comunidades locais, nacionais e regionais.

Diversidade

A diversidade implica que se vá além da ideia de tolerância e se avance para um *genuíno respeito e apreço pela diferença*, o que é crucial para os conceitos de pluralismo e multiculturalismo, constituindo assim uma *pedra angular da ECD*.

A ECD deve, pois, passar a incluir possibilidades de analisar maneiras de ver e contrariar preconceitos e estereótipos. Deve, além disso, procurar assegurar que *a diferença seja saudada e aceite* a nível das comunidades locais, nacionais, regionais e internacionais.

Educação para a Cidadania Democrática

A Educação para a Cidadania Democrática (ECD) emergiu de programas mais tradicionais como os de educação ou instrução cívica. Em termos gerais, a ECD *põe em relevo a experiência individual* e a busca de práticas tendentes a *promover o desenvolvimento de comunidades empenhadas em relações humanas genuínas*. Ocupa-se do indivíduo e das suas relações com os outros, da construção de identidades pessoais e colectivas e das condições da vida em conjunto, para citar apenas alguns dos seus conteúdos.

Um objectivo fundamental da ECD é a *promoção de uma cultura de democracia e direitos humanos*, uma cultura que torne os indivíduos capazes de desenvolver o projecto colectivo de construir comunidades. Assim, a ECD procura fortalecer a coesão social, a compreensão mútua e a solidariedade.

Enquanto iniciativa educativa, a ECD *dirige-se a todos os indivíduos*, seja qual for a sua idade e o seu papel na sociedade. Consequentemente, vai muito além do ambiente escolar, no qual, no entanto, encontra muitas vezes uma primeira aplicação. A ECD é um *processo de aprendizagem ao longo da vida* que se centra nos seguintes objectivos:

*participação,
parceria,
coesão social,
acesso,
equidade,
fiabilidade e
solidariedade.*

A ECD é, pois, um conjunto de práticas e actividades desenvolvidas como abordagem ascendente, que procura ***ajudar os alunos, os jovens e os adultos a participar de forma activa e responsável nos processos de tomada de decisões das respectivas comunidades***. A participação é crucial para a promoção e o reforço de uma cultura democrática baseada na consciencialização e no compromisso em relação a valores fundamentais partilhados, como os direitos humanos e as liberdades, a igualdade da diferença e o Estado de Direito.

A ECD empenha-se em proporcionar, ao longo da vida dos indivíduos, oportunidades de ***aquisição, aplicação e divulgação de conhecimentos, competências e valores*** ligados aos princípios e aos processos democráticos, numa grande variedade de enquadramentos de ensino e aprendizagem formais e não formais.

Espaços de Cidadania

Espaço de cidadania é a designação atribuída a uma ***forma nova ou inovadora de vida democrática***. Estes espaços são projectos locais de base, que procuram lançar e concretizar os princípios da moderna cidadania democrática.

Um espaço de cidadania pode abranger ***uma série de actividades similares no interior*** de uma zona específica, em diversas áreas geográficas, ou até por todo um país.

Estes espaços envolvem, em geral, ***diferentes intervenientes. São controlados pelos próprios participantes, explorando diferentes formas de participação, combatendo a exclusão e visando a mudança social***. Baseiam-se em valores e processos democráticos que procuram promover e consolidar.

Igualdade

Como conceito, a igualdade comporta o reconhecimento de que ***cada indivíduo, independentemente da idade, do sexo, do género, da religião, da etnia, etc., tem os mesmos direitos***.

O preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem começa com as seguintes palavras: “Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”.

O conceito de cidadania não pode dissociar-se das questões relacionadas com a igualdade. A existência de desigualdades nas

ou entre as sociedades dificulta o exercício da cidadania efectiva, razão pela qual a ideia de igualdade está no *cerne da ECD*. Assim, a ECD tem de se empenhar na igualdade e *dotar os indivíduos de meios de lutar contra todas as formas de discriminação*.

Secção II: Processos e Práticas

A Educação para a Cidadania Democrática é um processo educativo, que requer “as melhores práticas” e ao qual está, portanto, subjacente um conjunto de comportamentos específicos. No concreto, utiliza uma variedade de metodologias. Os termos que a seguir se destacam não constituem uma lista exaustiva, devendo antes ser vistos como uma introdução ao essencial desta iniciativa educativa. São eles:

- Acção
- Análise Crítica
- Aprendizagem Activa
- Aprendizagem Cooperativa
- Aprendizagem ao Longo da Vida
- Avaliação
- Centrado(a) no Educando
- Elaboração de Programas Curriculares
- Formação de Docentes/Educadores
- Investigação
- Reflexão

Acção

Nos processos de aprendizagem de ECD, a acção é essencial para o *desenvolvimento da cidadania activa*. Nestes processos de aprendizagem, há que tornar os educandos aptos a ir além da dimensão cognitiva, através da *utilização das suas capacidades e/ou do desenvolvimento de novas capacidades*.

Todavia, a acção implica a dimensão cognitiva, devendo assentar na concepção que o agente tem do que está a acontecer e reflecti-la, o que confere, assim, maior significado à acção para o indivíduo. Na ECD, a acção é *parte integrante de todo um processo* e não pode ser vista como uma actividade isolada.

A acção pode desenrolar-se a *múltiplos níveis*: em contextos de aprendizagem, em instituições, em comunidades locais, assim como no quadro de actividades tendentes a uma mudança global.

Análise Crítica

A análise crítica é o *processo através do qual o educando é incentivado e apoiado para desenvolver e utilizar competências de pensamento crítico*.

Essas competências incluem as capacidades de investigar, interpretar, apresentar e reflectir, envolvendo o processo de formação da própria opinião, a aptidão para expressá-la e, se necessário, revê-la. A análise crítica implica que se vá além de

meras explicações e se *analisem as questões de forma mais complexa*.

A análise crítica é uma *parte integrante da formação da consciência crítico-social* e, como tal, constitui um aspecto fundamental da ECD, comportando a análise contínua da sociedade contemporânea e das forças que a movem.

As metodologias que fomentam a análise crítica abrangem actividades como *a análise dos meios de comunicação social, o debate, o trabalho em projectos*, etc.

Aprendizagem Activa

A aprendizagem activa pode definir-se como o processo de *“aprender praticando”*. Trata-se de um processo educativo em que o *educando, mais do que um receptor passivo de conhecimentos, é um elemento activo no processo de aprendizagem*. Os indivíduos ou os grupos aprendem melhor quando participam activamente na sua própria aprendizagem.

No que se refere a métodos pedagógicos, são necessárias diversas abordagens e metodologias. Os métodos seleccionados devem facultar *ao educando oportunidades de pensar, actuar e reflectir*. Ao incluir estas três dimensões, *a aprendizagem activa procura ter em conta a pessoa no seu conjunto*.

Os métodos de aprendizagem activa associados à ECD incluem: levantamento comum de ideias (*brainstorming*), jogos de representação de papéis, debates, discussões e trabalho em projectos.

Aprendizagem Cooperativa

Entende-se por aprendizagem cooperativa a *aprendizagem a partir de e com os outros*. Trata-se de uma aprendizagem social e interactiva, em que os *processos de grupo assumem a maior importância*. As actividades de aprendizagem cooperativa permitem que os indivíduos aprendam em conjunto, através de trabalho em projectos comuns. Esta aprendizagem pode também incentivar os educandos a enfrentar problemas juntos, a reflectir e a expressar-se melhor. A sua importância na ECD é óbvia, já que *a própria ECD visa o desenvolvimento de cidadãos que coexistem com outros*.

Prever actividades de aprendizagem cooperativa garante um equilíbrio entre a aprendizagem individual e colectiva, o que não significa que se ponha termo à aprendizagem individual e ***pode ser secundado*** pela utilização de computadores, a reflexão pessoal e o trabalho em projectos pessoais. As actividades de aprendizagem cooperativa podem incluir também o uso de redes, por exemplo, em ***actividades de geminação, redes escolares em linha, etc.***

Aprendizagem ao Longo da Vida

A aprendizagem ao longo da vida reconhece que cada indivíduo está em ***constante processo de aprendizagem***. A importância deste conceito para a ECD prende-se com o facto de que a Educação para a Cidadania Democrática não pode limitar-se aos estabelecimentos de ensino. Como tal, esta educação deve ser considerada como uma tarefa global que inclua uma ***vasta série de instâncias educativas formais e não formais***.

A aprendizagem ao longo da vida ***requer uma abordagem holística da educação***. Realiza-se em inúmeros contextos, incluindo locais de trabalho ou actividades da comunidade local, e deve ser acessível a todos os indivíduos e grupos da sociedade como, por exemplo, os trabalhadores dos meios de comunicação social, das forças de polícia, da área da saúde, etc.

Elaborar um programa eficaz de aprendizagem ao longo da vida exige ***coordenação e cooperação*** das instituições e organizações pertinentes a todos os níveis.

Avaliação

A avaliação é um ***processo através do qual se reflecte sobre o que foi feito com um espírito de abertura em relação à possibilidade de mudar***. Na avaliação, trata-se de verificar não apenas o que aconteceu, mas também o que ***pode fazer-se melhor***. É um processo de reflexão e de acção.

A avaliação é uma actividade baseada num processo. Pode incluir o estabelecimento de objectivos, finalidades, metas, a selecção de participantes, a compilação de dados, a análise e a divulgação.

O papel da avaliação no desenvolvimento da ECD como processo educativo é crucial. Comporta o exame do que está a acontecer ***a todos os níveis***, desde a sala de aulas ou a instância de aprendizagem até ao nível mais elevado da acção política, requerendo, além disso, o apoio de um ***compromisso em matéria de promoção das “melhores práticas”***.

**Centrado(a)
no
Educativo**

Uma abordagem centrada no educando *considera os esforços de compreensão deste como o cerne do processo de aprendizagem*. O indivíduo torna-se, assim, o principal centro de atenção, constituindo *a sua própria experiência* o ponto de partida da aprendizagem.

Os programas curriculares de ECD devem, portanto, orientar-se para o educando como ser integral, *abarcando os interesses do indivíduo*, do trabalhador e do cidadão ao longo de toda a sua vida. Daí que a singularidade de cada enquadramento de aprendizagem deva ser tida em conta na elaboração dos programas curriculares de ECD.

**Elaboração de
Programas
Curriculares**

O conceito de elaboração de programas curriculares é *aplicável em todos os contextos educativos*. Pode entender-se *como o processo* através do qual as perguntas “O que é que se pretende que o educando aprenda?” e “Como apoiamos a aprendizagem?” *se traduzem em práticas e procedimentos efectivamente seguidos por todos os educadores com os educandos*.

Seja numa sala de aulas, num instituto de ensino de adultos ou na instância nacional responsável, a elaboração de programas curriculares comporta um empenho manifesto em *criar enquadramentos de aprendizagem* que vão ao encontro das necessidades dos educandos.

Independentemente do contexto educativo, é desejável que a elaboração de programas curriculares preveja um requisito de possibilidade constante de *reavaliação e alteração* à medida que surjam novas ideias em matéria de ensino e aprendizagem no âmbito da ECD.

**Formação de
Docentes/
Educadores**

“Formação de Docentes/Educadores” é a *expressão geral utilizada para designar a formação inicial e contínua de todos os profissionais da educação*.

Essa formação pode ser vista como *uma resposta à necessidade de dispor de um grupo especializado* de profissionais da educação

empenhados nos processos e nas práticas de ECD, constituindo, assim, uma componente essencial da política de ECD.

A ECD põe em causa os *papéis tradicionais de “transmissor de conhecimentos” ou “facilitador de aprendizagem”* e requer, portanto, novos modelos de formação. Estes modelos deverão incluir uma vasta série de oportunidades de formação adicional ao longo das carreiras profissionais dos educadores.

Investigação

A investigação implica *aprendizagem e descoberta*. É um processo mediante o qual se averiguam, analisam e partilham questões ou ideias. Existem *muitas formas e abordagens* de investigação educativa em geral e de investigação sobre ECD em particular.

A investigação educativa pode ajudar a *compreender melhor o processo de aprendizagem*. Pode *esclarecer e informar sobre conceitos e ideias de base* que, por sua vez, podem apoiar a elaboração de programas curriculares nos Estados-Membros. *Pode estar a avaliação*, ao proporcionar oportunidades de examinar as práticas actuais, descobrir o que funciona bem e o que podia funcionar melhor. *Pode sustentar as práticas democráticas*, assegurando que as opiniões e ideias dos educandos sobre a vida são examinadas e documentadas.

Reflexão

A reflexão é o *processo que permite a um indivíduo ou a um grupo considerar activamente o que aconteceu*. A reflexão participa de um compromisso com a ideia de aprendizagem e acção reflexivas.

Enquanto processo, a ECD fomenta a aprendizagem reflexiva. *A reflexão ajuda a dar sentido à acção e vice-versa*. Na ausência de actividades reflexivas, o educando pode perder uma verdadeira oportunidade de desenvolver a sua própria compreensão.

Entre as actividades reflexivas, conta-se *a utilização de diários, jornais e registos ou o intercâmbio de ideias em pequenos grupos* sobre o que aconteceu ou o que se aprendeu.

Secção III: Resultados

Os resultados da ECD relacionam-se com a compreensão (resultados cognitivos), as atitudes (resultados afectivos) e os comportamentos (resultados pragmáticos) que a ECD pretende transmitir a cada educando, perseguindo também objectivos a um nível social mais amplo. Os termos incluídos nesta secção são os seguintes:

- Coesão Social
- Desenvolvimento Sustentável
- Participação
- Paz Positiva
- Responsabilidade
- Resultados Afectivos
- Resultados Cognitivos
- Resultados Pragmáticos ou Activos
- Solidariedade

Coesão Social

A coesão social pressupõe a “imagem de uma sociedade” ***fortemente empenhada na promoção de relações humanas positivas***. Implica um sentimento de pertença e de bem-estar dos indivíduos e da comunidade.

Comporta um compromisso de ***melhorar continuamente a qualidade de vida dos membros da comunidade, eliminando activamente obstáculos e causas de divisão***.

Relacionado com a ideia de paz positiva, este conceito surge com frequência nos documentos do Conselho da Europa e, como tal, é simultaneamente parte dos fundamentos da ECD e resultado ou objectivo desejado pela ECD. Neste sentido, considera-se que a ECD ***contribui para a coesão social*** através do seu empenho em promover o respeito pelos direitos humanos e a ausência de violência.

Desenvolvimento Sustentável

A educação para o desenvolvimento sustentável é um ***objectivo importante*** da ECD, reconhecendo que, nos processos de desenvolvimento quer local quer global, ***deve conseguir-se um equilíbrio entre o crescimento social, ambiental e económico***.

Consequentemente, a ECD fomenta a adesão dos indivíduos ao princípio do desenvolvimento sustentável. Para tal, ***aprofunda a compreensão do conceito de desenvolvimento***, bem como dos ***valores e competências necessários*** para trabalhar com os outros na construção de um futuro sustentável.

Participação

O objectivo da participação é *garantir que cada indivíduo possa ocupar o seu lugar na sociedade e contribuir para a desenvolver seja a que nível for.*

A participação é um elemento fundamental na estabilidade democrática, envolvendo os indivíduos nos processos públicos de tomada de decisões, o que constitui um dos direitos pessoais básicos.

A participação é um *traço distintivo da ECD*. Participar na vida da comunidade a todos os níveis depende da *vontade e da capacidade dos indivíduos de se comprometerem uns com os outros*, bem como com as comunidades e as instituições existentes. Os indivíduos aprendem a participar participando, mais do que aprendendo a participar.

Consequentemente, a ECD visa não só *oferecer oportunidades de participação, mas também desenvolver as competências em matéria de participação* e reduzir os entraves à sua prática.

Paz Positiva

O conceito de paz positiva *descreve um estado em que a vontade colectiva se orienta para a promoção da paz e a remoção dos obstáculos à paz*. Comporta um compromisso com a justiça social, indo, assim, para além da ideia de paz como ausência de medo, violência e guerra.

Implica um *empenho na resolução pacífica dos conflitos* e procura incrementar esta capacidade nos indivíduos e grupos, a fim de que os problemas sociais sejam ultrapassados de forma construtiva.

Para os docentes de ECD, isto significa também promover processos democráticos na sala de aula, abordar as questões relacionadas com o poder e o abuso de poder e fomentar a todo o momento a capacidade de ouvir, estabelecer um diálogo construtivo e empenhar-se em solucionar os conflitos.

Responsabilidade

O conceito de “responsabilidade” implica *a capacidade de responder – ser responsivo em relação aos outros e responsável em relação a si próprio.*

A responsabilidade pode considerar-se como uma *reacção à individualização e fragmentação das nossas sociedades*, que procura oferecer novas bases éticas para a vida em comum, *não devendo*, no entanto, *especialmente em termos educativos, ser reduzida à ideia de conformidade*.

A ideia *de responsabilidade existe num processo contínuo*, com um macronível constituído pelo governo e um micronível constituído pelos indivíduos. Entre estes dois extremos, reconhece-se a existência de uma miríade de agentes, tendo-se também em conta o espaço entre a dimensão local e a global, já que, por exemplo, não se pode promover a responsabilidade local a expensas da responsabilidade global e vice-versa.

Num enquadramento democrático, a responsabilidade está associada à prática da democracia. Esta prática vai além do exercício do direito de voto e implica a participação no processo democrático a todos os níveis, incluindo o debate, a luta contra os preconceitos, a contestação das desigualdades e o contributo para o desenvolvimento da sociedade.

Como prática democrática, a responsabilidade *envolve a capacidade de reconhecer os outros, bem como a vontade e as aptidões necessárias para tratá-los como pessoas dotadas de direitos*. Além disso, ajuda-nos a compreender que as nossas acções podem contribuir para criar as condições necessárias a que cada um de nós procure realizar plenamente o respectivo potencial humano.

Resultados Afectivos

Os resultados afectivos estão relacionados com o facto de que os indivíduos se constroem a si próprios e criam as suas relações de acordo com determinados valores.

Os valores de um indivíduo podem mudar e influenciar as suas decisões, facilitando as escolhas feitas e ajudando a estruturar o seu enquadramento. Devido a esta natureza mudável, o *desenvolvimento de valores e atitudes é um resultado de aprendizagem fundamental* para a ECD.

Na ECD, presta-se especial atenção aos *valores subjacentes à ideia de democracia e de direitos humanos*, os quais incluem o reconhecimento e o respeito por si próprio e pelos outros, assim como a capacidade de ouvir e de resolver pacificamente os conflitos.

Resultados Cognitivos

A palavra *cognição associa-se geralmente à compreensão e ao conhecimento do conteúdo*. No contexto da ECD, refere-se a conhecimento de três níveis: conhecimento sobre, conhecimento de e “saber-fazer” ou conhecimento dos procedimentos.

É importante que os educandos *conheçam as regras da vida colectiva e a forma como elas evoluíram, bem como a sua origem e o seu objectivo*. É igualmente importante que os educandos *compreendam os níveis de poder existentes na sociedade e o modo como as instituições públicas funcionam* no que se refere, por exemplo, aos direitos humanos.

No entanto, o conhecimento “sobre” a sociedade democrática requer uma mais vasta *compreensão “do mundo”*. Esse conhecimento pressupõe a consciência de que o mundo está em constante evolução. Para participarem activamente no desenvolvimento da sociedade, os educandos necessitam de estar minimamente a par *dos debates do nosso tempo, por exemplo* os que respeitam ao que se entende por direitos culturais ou por responsabilidade.

Outras formas de conhecimento prendem-se com a ideia do “*saber-fazer*” ou *conhecimento dos procedimentos*, da resposta a perguntas como: O que constitui um debate? Quais as abordagens básicas que caracterizam o processo democrático? Esta forma de conhecimento está inextricavelmente ligada ao domínio pragmático ou das competências.

Resultados Pragmáticos ou Activos

Os resultados pragmáticos ou activos nutrem-se da ideia de *melhorar a capacidade das pessoas para tomar iniciativas e aceitar responsabilidades na sociedade*. É essa capacidade que *torna o indivíduo apto a contribuir para a comunidade e a participar activamente* na regulação dos assuntos comunitários e na resolução dos problemas.

Na ECD, reconhece-se claramente que o conhecimento, as atitudes e os valores só fazem sentido na vida quotidiana pessoal e social, *traduzindo-se*, portanto, *em capacidades de acção*, que incluem a capacidade de viver e trabalhar com os outros, de cooperar, de se empenhar em iniciativas conjuntas, de resolver pacificamente os conflitos e de participar em debates públicos.

Solidariedade

A solidariedade está largamente associada à *capacidade dos indivíduos de saírem de si mesmos, reconhecerem os direitos dos outros e quererem agir em defesa da promoção dos mesmos.*

É também um dos objectivos essenciais da ECD, na medida em que tende a facultar aos indivíduos graus de conhecimentos, competências e valores que lhes permitam viver plenamente a *dimensão comunitária das suas vidas.*

Os actos de solidariedade estão estreitamente relacionados com a ideia de acção anteriormente exposta. Não obstante, *a solidariedade é tanto uma questão de mentalidade como um conjunto de comportamentos.*

Bibliografia

Audigier, F., 2000, **Basic Concepts and Core Competencies for Education for Democratic Citizenship**, DGIV/EDU/CIT (2000) 23, Conselho da Europa, Estrasburgo

Belanger, P., 2001, **Education for Democratic Citizenship: Methods, Practices and Strategies**, Relatório, Conselho da Europa, Estrasburgo, ISBN 92 871 4509 1.

Bîrzéa, C., 2000, **Project on Education for Democratic Citizenship: A Life-Long Learning Perspective**, DGIV/EDU/CIT (2000) 21, Conselho da Europa, Estrasburgo

Carey, L. & Forrester, K. 2000, **Sites of Citizenship: Empowerment, Participation and Partnerships**, DECS/EDU/CIT (99) 62, Conselho da Europa, Estrasburgo

Conselho da Europa, 2000, **Education for Democratic Citizenship, Teacher Training Courses 1992-1997**, DECS/CIT (98) 53, Conselho da Europa, Estrasburgo

Conselho da Europa, 2000, **Sites of Citizenship Brochure**, Conselho da Europa, Estrasburgo

Conselho da Europa, 2001, **Responsibility: From Principles To Practice**, Relatório, Conselho da Europa, Estrasburgo, ISBN 92 871 4511 3.

Conselho da Europa, **Remembrance and Citizenship: From Places to Projects**. Relatório do Seminário, 2000, Conselho da Europa, Estrasburgo, ISBN 92 871 3981 4.

Duerr, K., Spajic-Vkras, V., e Ferreira Martins, I. 2000, **Strategies for Learning Democratic Citizenship**, DECS/EDU/CIT (2000) 16, Conselho da Europa, Estrasburgo

Forrester, K., **Project on 'Education for Democratic Citizenship', Final Conference Report**, 2000, DGIV/EDU/CIT (2000) 41, Conselho da Europa, Estrasburgo

McCarthy, S. 2000, **Youth Cultures, Lifestyles and Citizenship**, Conselho da Europa, Estrasburgo, ISBN 92 871 3985 7.

O'Shea, K., 2002, **Education for democratic Citizenship: Policies and Regulatory Frameworks**, Relatório, Conselho da Europa, Estrasburgo, ISBN 92 871 4949 6.

Rus, C. 2001, **Education for Democratic Citizenship and Management of Diversity : Project and Policy Development in Southeast Europe**, DGIV/EDU/CIT (2001) 28, Conselho da Europa, Estrasburgo

Taylor, M. 2002, **Critical Approach to the Media in Civic Education**, Conselho da Europa, Estrasburgo, ISBN 92 871 4546 6.